



FILOSOFIA NO ENEM: ANÁLISE DA PRESENÇA DA DISCIPLINA NAS EDIÇÕES ENTRE 1998 E 2025

PHILOSOPHY IN ENEM: AN ANALYSIS OF THE DISCIPLINE'S PRESENCE IN THE EDITIONS BETWEEN 1998 AND 2025

DOI: 10.5281/zenodo.21122029



Siloe Cristina do Nascimento Erculino¹

RESUMO

O artigo analisa a presença da disciplina de Filosofia nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre 1998 e 2025, investigando o aumento da sua cobrança em relação à legislação educacional e às normativas que orientam a seleção de seus temas. Demonstra-se que, entre 1998 e 2008, período em que a disciplina não era obrigatória no currículo escolar, sua presença foi irregular e espaçada. Porém, após a promulgação da Lei nº 11.684/2008, que impôs a obrigatoriedade do ensino de Filosofia para os alunos do ensino médio, aconteceu um aumento progressivo das questões da matéria, até a estabilização de sua participação de forma regular e significativa no exame. Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, os principais temas trabalhados a partir da disciplina nas questões são política, ética e teoria do conhecimento, abordados por meio de filósofos canônicos como Aristóteles, Descartes, Foucault e Bobbio. Dessa forma, consolida-se a disciplina como fundamental no currículo do ensino médio e afirma-se o papel da Filosofia como componente indispensável para a formação cidadã, moral e crítica do estudante.

Palavras-chave: Filosofia; ENEM; Ensino Médio; Ensino de Filosofia; Legislação Educacional.

ABSTRACT

This article analyzes the presence of Philosophy in the questions of the Brazilian National High School Examination (ENEM) between 1998 and 2025, investigating the increase in its coverage in relation to educational legislation and the normative frameworks that guide the selection of its themes.

¹ Professora de Filosofia no Instituto Federal de Sergipe. Doutora em Filosofia pela UNIFESP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7290-3856>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7185426286373031>. E-mail: siloe_cristina@hotmail.com.





It is demonstrated that, between 1998 and 2008, a period in which the subject was not mandatory in the school curriculum, its presence was irregular and sparse. However, following the enactment of Law No. 11,684/2008, which established Philosophy as a compulsory subject for high school students, there was a progressive increase in questions on the discipline until its participation stabilized in a regular and significant manner within the examination. In accordance with the Law of Guidelines and Bases of Education No. 9,394/1996, the main themes addressed through the discipline are political philosophy, ethics, and theory of knowledge, approached through canonical philosophers such as Aristotle, Descartes, Foucault and Bobbio. Thus, the subject is consolidated as fundamental in the high school curriculum, and the role of Philosophy as an indispensable component for the civic, moral, and critical education of students is affirmed.

Keywords: Philosophy; ENEM; High School; Philosophy Teaching; Educational Legislation.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil passou por transformações significativas nas últimas décadas, o que gerou debates entre educadores, legisladores e a sociedade civil sobre o papel das Ciências Humanas no currículo escolar. Nesse contexto, a Filosofia apresenta uma trajetória marcada por descontinuidades na educação básica. Diante dos constantes embates por sua permanência nas reformas educacionais e pela ampliação de sua carga horária nos currículos escolares, torna-se fundamental compreender de que maneira a disciplina vem sendo incorporada às avaliações nacionais em larga escala.

O presente artigo tem como objetivo examinar a presença da Filosofia nas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no período de 1998 a 2025, para identificar de que maneira as legislações educacionais influenciaram tanto o crescimento progressivo da cobrança de conteúdos filosóficos quanto o direcionamento dos conteúdos das questões. A investigação parte da hipótese de que existe uma ênfase nas áreas da Política, da Ética e da Teoria do Conhecimento nas questões de Filosofia no ENEM, expressando o direcionamento da disciplina ao cumprimento dos objetivos de formação cidadã, moral e crítica estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Para a apresentação dos dados levantados, o texto foi estruturado em três partes. A primeira analisa quantitativamente a presença da Filosofia no ENEM entre 1998 e 2008,





período marcado pela irregularidade e pela ausência da disciplina, e relaciona esse quadro à sua condição de componente optativo na legislação educacional. A segunda examina a presença da disciplina no exame a partir de 2009, identificando como a obrigatoriedade legal na educação básica e a reorganização da Matriz de Referência do ENEM consolidaram a Filosofia no exame. A terceira parte analisa os temas mais recorrentes, demonstrando que a concentração em Filosofia Política, Ética e Teoria do Conhecimento é consistente com a concepção de Filosofia como instrumento de formação cidadã estabelecida pela legislação educacional.

METODOLOGIA

Analizamos as provas e gabaritos do Exame, disponíveis no sítio eletrônico do governo junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para garantir a padronização na comparação ao longo das 27 edições analisadas, adotou-se como critério de seleção o uso da primeira aplicação regular de cada ano. As demais aplicações, como segundas chamadas, reaplicações e edições digitais, tiveram existência irregular ao longo dos anos, o que inviabilizaria a comparação sistemática para análise. Assim, selecionamos os cadernos de questões de cor amarela entre 1998 e 2008 e os de cor azul entre 2009 e 2025 da primeira aplicação regular de cada ano.

A Matriz de Referência do ENEM (INEP, 2009) não define os conteúdos específicos da disciplina de Filosofia, já que as competências e habilidades listadas no documento abrangem todas as matérias de Ciências Humanas e suas Tecnologias (entre Filosofia, Sociologia, História e Geografia). Diante dessa indefinição, a pesquisa adotou o cânone clássico da História da Filosofia para a seleção das questões a serem analisadas. Foram recortadas as questões diretamente relacionadas a um objeto de conhecimento da Filosofia, um conceito estritamente filosófico, um pensador da História da Filosofia ou uma obra de referência filosófica, desde que reconhecidos como parte da tradição canônica pelos principais manuais da área. O resultado desse levantamento sistemático, realizado com base nas fontes

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





primárias e cotejado com os estudos de Macedo (2015, 2021a) e Lindberg (2025), está sistematizado no Quadro 1, a seguir, que apresenta para cada edição o ano de aplicação, o tipo de caderno utilizado e a numeração da questão.

Quadro 1 – Questões de Filosofia nas aplicações regulares do ENEM (1998–2025)

Ano	Caderno	Número de Questões
1998	Amarelo	—
1999	Amarelo	Q.10, Q.31
2000	Amarelo	Q.4, Q.52, Q.53
2001	Amarelo	Q.4, Q.18, Q.30, Q.31, Q.57
2002	Amarelo	Q.28, Q.58
2003	Amarelo	Q.2, Q.48
2004	Amarelo	—
2005	Amarelo	—
2006	Amarelo	—
2007	Amarelo	—
2008	Amarelo	—
2009	Azul	Q.58
2010	Azul	Q.29, Q.30, Q.34, Q.39, Q.44, Q.45
2011	Azul	Q.2, Q.21, Q.23, Q.30, Q.38
2012	Azul	Q.2, Q.7, Q.9, Q.25, Q.28, Q.30, Q.31
2013	Azul	Q.4, Q.10, Q.15, Q.22, Q.24, Q.27, Q.36, Q.41
2014	Azul	Q.4, Q.11, Q.12, Q.14, Q.19, Q.23, Q.24, Q.25, Q.29
2015	Azul	Q.3, Q.5, Q.13, Q.16, Q.17, Q.26, Q.28, Q.34, Q.35, Q.42
2016	Azul	Q.1, Q.6, Q.15, Q.20, Q.23, Q.24, Q.25, Q.28, Q.37
2017	Azul	Q.48, Q.49, Q.64, Q.65, Q.66, Q.84, Q.85, Q.88
2018	Azul	Q.49, Q.51, Q.52, Q.66, Q.79, Q.81, Q.83, Q.89, Q.90
2019	Azul	Q.48, Q.50, Q.51, Q.58, Q.64, Q.65, Q.67, Q.74, Q.75, Q.76, Q.78
2020	Azul	Q.55, Q.60, Q.72, Q.74, Q.77, Q.87, Q.89
2021	Azul	Q.57, Q.64, Q.65, Q.82, Q.86, Q.87, Q.88
2022	Azul	Q.47, Q.57, Q.80, Q.84, Q.86, Q.88
2023	Azul	Q.52, Q.54, Q.55, Q.57, Q.79, Q.81, Q.90
2024	Azul	Q.54, Q.55, Q.58, Q.61, Q.62, Q.63, Q.69, Q.72, Q.75, Q.76, Q.78, Q.82, Q.87, Q.90
2025	Azul	Q.48, Q.50, Q.55, Q.60, Q.61, Q.62, Q.65, Q.66, Q.72, Q.76, Q.79, Q.82

Fonte: Elaboração da autora (2026)

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**



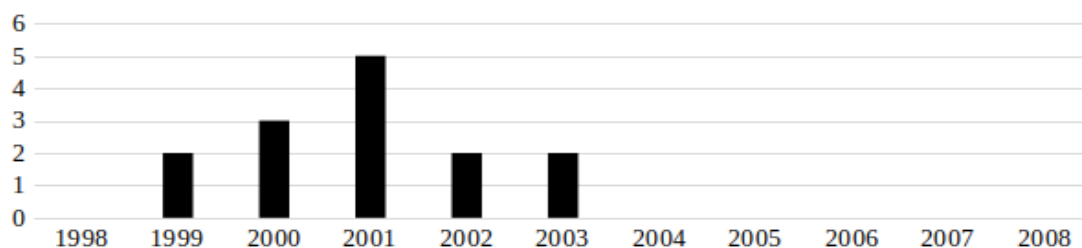


A INSTABILIDADE DA DISCIPLINA NO ENEM ENTRE 1998 E 2008

A Filosofia foi retirada do currículo escolar pela Lei nº 5.692/1971, sendo substituída pela disciplina de *Educação Moral e Cívica*, em consonância com o contexto político conservador da época. Essa exclusão representou uma ruptura significativa na formação crítica dos estudantes, uma vez que a Filosofia, tradicionalmente voltada ao exercício da reflexão, da argumentação e da problematização da realidade, deixou de ocupar espaço no ensino básico. A condição de opcionalidade fez com que a Filosofia permanecesse marginalizada no cotidiano escolar, sem expressividade nos currículos e, consequentemente, sem relevância nas avaliações nacionais de larga escala, como o ENEM. A falta de obrigatoriedade legal legitimava sua exclusão das avaliações, o que, por sua vez, reforçava sua marginalização nos currículos escolares, formando um ciclo de invisibilidade que se retroalimentava.

No ano de 1998, na primeira edição do ENEM, foram aplicadas questões que de alguma forma perpassavam uma reflexão crítica da realidade, mas que não pertenciam especificamente à área de Filosofia. Posteriormente, entre 1999 e 2003, houve uma presença esporádica e irregular da disciplina: duas questões em 1999, três em 2000, cinco em 2001, duas em 2002 e duas em 2003. Já entre 2004 e 2008, não houve nenhuma questão que tratasse diretamente da Filosofia, de seus conceitos e autores. Durante cinco anos seguidos, a matéria esteve completamente ausente do exame.

Gráfico 1 – Questões de Filosofia aplicações regulares entre 1998 e 2008



Fonte: Elaboração da autora (2026)

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





O ENEM cobrou um total de 63 questões em cada edição anual aplicada entre 1998 e 2008, sem divisões claras quanto à quantidade de perguntas de cada disciplina. As provas foram organizadas a partir da antiga Matriz de Referência com cinco competências, distribuídas entre vinte e uma habilidades, totalizando sessenta e três itens ($3 \text{ questões} \times 21 \text{ habilidades} = 63 \text{ itens}$). No total, a disciplina de Filosofia alcançou apenas quatorze questões nos primeiros onze anos do ENEM, apresentando em média uma questão por ano. Estatisticamente, a disciplina de Filosofia alcançou menos de 2% do total de questões do exame nesse período.

Uma vez que a matéria não era obrigatória no Ensino Médio, também não possuía expressividade nas avaliações nacionais. Como aponta Macedo (2021a, p. 158), os referenciais curriculares e as avaliações de larga escala são frutos de ciclos de políticas públicas. Portanto, a seleção de conteúdos em avaliações de larga escala resulta de decisões políticas e legislativas sobre quais conhecimentos são considerados relevantes para a formação dos estudantes. Essa intermitência da disciplina nas primeiras edições do exame reflete as incertezas normativas do período, que só se resolveriam com uma nova mudança na legislação educacional.

A CONSOLIDAÇÃO DA DISCIPLINA NO ENEM ENTRE 2009 E 2025

A obrigatoriedade da Filosofia em todas as séries do Ensino Médio, estabelecida pela Lei nº 11.684/08, construiu as bases legais para sua inserção nas avaliações educacionais nacionais. No entanto, os desafios práticos, enfrentados pelas escolas e sistemas de ensino, evidenciaram que mudanças legislativas, embora fundamentais, precisam ser acompanhadas de políticas públicas consistentes para sua efetiva implementação. A mudança legal não produziu efeitos imediatos, pois sua implementação dependia de condições materiais e institucionais: formação e contratação de professores habilitados, elaboração de materiais





didáticos e reestruturação das grades curriculares. Esse processo gerou uma mudança gradual no ensino de Filosofia com sua progressiva inserção na prática escolar.

O ENEM passou a ser organizado em quatro áreas de conhecimento com 45 questões cada, totalizando 180 questões, a partir de 2009. Na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, a Matriz de Referência estrutura a avaliação em 6 competências e 30 habilidades. De acordo com Comiran (2016, p. 98) e Macedo (2021b, p. 54), respeitando as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Exame aumentou a inclusão de textos clássicos de fontes primárias, colocando o aluno em contato direto com os filósofos e exigindo competências de leitura e interpretação.² De acordo com Leão (2024, p. 53), isso resultou em um aumento da complexidade das provas, com textos mais longos, maior nível de abstração e raciocínio mais complexo, quando comparamos a prova de 1998 à de 2022.

Nesse contexto de mudanças na legislação e na aplicação das normativas educacionais, a presença da Filosofia no ENEM começou a crescer de forma irregular. Foi cobrada apenas uma questão em 2009, aumentando para seis em 2010, e reduzindo para cinco em 2011. Esse período funcionou como uma fase de retomada da matéria no Exame, que seria consolidada nos anos seguintes.

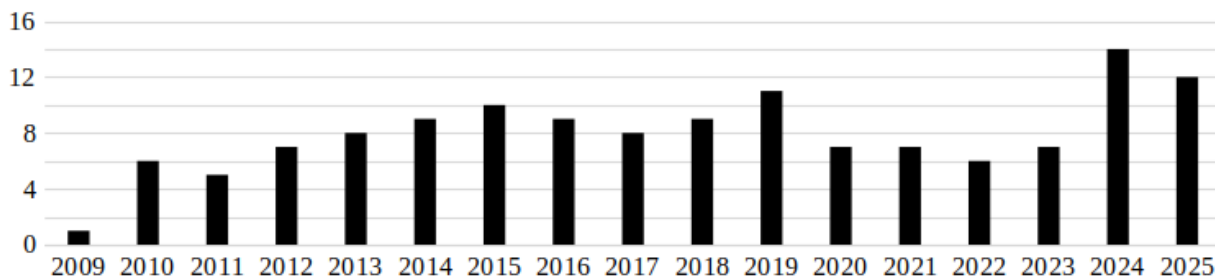
A partir de 2012, a presença da Filosofia no ENEM se estabilizou, apresentando em média oito questões por ano entre 2012 e 2021, o que representou um grande avanço em relação ao período anterior. Desde então, a Filosofia passou a ter uma participação regular e significativa no exame.

2 De acordo com as OCEN (2006) e os PCN (2000), no ensino de Filosofia devem ser desenvolvidas competências e habilidades que envolvem a leitura significativa de textos filosóficos, a capacidade de interpretar diferentes tipos de textos sob uma perspectiva filosófica e a contextualização dos conhecimentos filosóficos em múltiplos planos, como o pessoal, o social, o histórico, o cultural e o científico-tecnológico. “Para a realização de competências específicas, que se têm sobretudo mediante a referência consistente à História da Filosofia, deve-se manter a centralidade do texto filosófico” (BRASIL, 2006, p. 37).





Gráfico 2 - Número de questões de Filosofia nas primeiras aplicações regulares entre 2009 e 2025



Fonte: Elaboração da autora (2026)

Considerando as primeiras aplicações regulares de cada edição, entre 2009 e 2025, as questões de Filosofia passaram a representar em média 4,4% do total do Exame e 17,8% das questões específicas de Ciências Humanas. Nas edições mais recentes, em 2024 foram cobradas 14 questões de Filosofia, correspondendo a 31,1% das questões de Ciências Humanas; em 2025, esse número passou para 12 questões, equivalente a 26,7% da área. A consistência numérica observada demonstra que a Filosofia passou a integrar o núcleo das Ciências Humanas e encontrou seu espaço institucional no ENEM.

O exame atualmente ocupa papel central nos processos seletivos, sendo utilizado por faculdades privadas, pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) para ingresso em universidades públicas, pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) na concessão de bolsas de estudo e pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como critério para financiamento da graduação. Essa estrutura organizacional confere grande relevância nacional ao ENEM, cujos resultados afetam diretamente as trajetórias educacionais e profissionais de milhões de jovens.³

Como consequência dessa posição fundamental na educação nacional, observa-se o fenômeno denominado *washback*. O termo foi cunhado por Alderson e Wall (1992) para descrever o *efeito retroativo* que exames de larga escala exercem sobre o currículo e as práticas pedagógicas. Quando um exame adquire importância institucional, ele passa a

³ Travitzki (2013, p. 255) demonstra que o desempenho das escolas no ENEM é determinado por fatores contextuais externos, com destaque para o nível socioeconômico dos alunos, que explica a maior parte da variação das médias escolares.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





organizar os conteúdos, as habilidades, a avaliação e a metodologia de ensino que são aplicados em sala de aula. Para demonstrar o funcionamento desse fenômeno, podemos recorrer à interpretação de Macedo (2022, p. 16), segundo a qual a Matriz de Referência do ENEM de 2009 teria exercido influência sobre a BNCC de 2018, principal documento orientador dos conteúdos da educação básica e das avaliações nacionais. “Embora a BNCC detenha, assim, prioridade legal explícita sobre o Enem, a prioridade temporal do exame sobre ela exerce influência perceptível em sua composição” (MACEDO, 2022, p. 16).

Se o ENEM é capaz de influenciar o principal documento orientador da educação básica do país, torna-se fundamental compreender quais temas o exame efetivamente trabalha e como as normativas direcionam essa seleção.

TEMAS MAIS COBRADOS NO ENEM

A LDB nº 9.394/1996 define que a educação tem por finalidade o preparo do educando para o exercício da cidadania, seu aprimoramento como pessoa humana, e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos. No artigo 35, a referida lei afirma que a finalidade no ensino médio será:

II - a preparação básica para o trabalho e a *cidadania do educando*, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a *formação ética* e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do *pensamento crítico*; IV - a compreensão dos *fundamentos científico-tecnológicos* dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, *grifos nossos*)

De acordo com o INEP (2018, p. 11), a estrutura da avaliação do Enem tem como referência principal os conceitos de educação e de cidadania definidos na LDB de 1996. Ao enfatizar a preparação para a cidadania, a formação moral e o desenvolvimento do pensamento crítico, a LDB direciona o exame para áreas de conhecimento da Filosofia que dialogam diretamente com essas competências, consequentemente, observa-se no exame uma

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





concentração expressiva de questões nos campos da Filosofia Política, da Ética e da Teoria do Conhecimento – interpretação corroborada por Comiran (2016, p. 84) e Mendonça & Silva (2019).

Gráfico 3 – Temas de Filosofia no ENEM nas primeiras aplicações regulares entre 1998 e 2025.



Fonte: Elaboração da autora (2026)

A análise quantitativa revela que 38% das questões de Filosofia no ENEM versam sobre Filosofia Política, área que estuda como os seres humanos organizam a vida em sociedade a partir de princípios coletivos estruturados em instituições de poder. Ao privilegiar temas como cidadania, direitos e organização política, o exame reforça a função social da Filosofia como instrumento de formação para a vida pública. A Ética, campo que investiga a moral, corresponde a 23% das questões de Filosofia no ENEM. Sua presença significativa evidencia a ênfase na formação moral dos estudantes, entendida como desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre valores e princípios que orientam a conduta humana. A Teoria do Conhecimento, área que investiga como conhecemos o mundo, representa 19% das questões de Filosofia no ENEM. Ao questionar as possibilidades e os limites do conhecimento, o Exame estimula uma postura reflexiva e crítica diante das informações e discursos presentes na vida cotidiana. Dessa forma, nas questões de Filosofia, o exame responde às exigências de formação cidadã, ética e crítica dos estudantes, como definido pela LDB.

Entretanto, essa concentração de conteúdos em três grandes áreas principais, já identificada por Comiran (2016, p. 84), gera lacunas temáticas significativas. Temas como

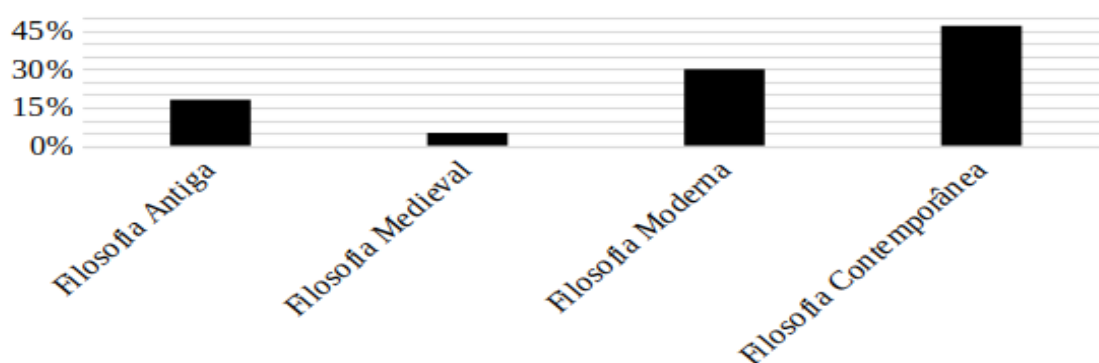


Lógica, Filosofia da Linguagem e Estética raramente são cobrados no contexto da disciplina. Na medida em que o ENEM exerce efeito retroativo sobre o currículo por meio do *washback*, essa exclusão sistemática tende a se reproduzir no ensino de Filosofia, já que professores e estudantes naturalmente orientam seu trabalho em direção aos temas que o exame privilegia.

Uma possível solução para essas lacunas seria uma reformulação da Matriz de Referência do ENEM de modo a contemplar as correntes filosóficas a partir dos períodos históricos da Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea de forma mais equilibrada em suas habilidades. Essa organização histórico-temática facilitaria tanto o trabalho docente quanto a preparação dos estudantes, ao mesmo tempo em que ampliaria a dimensão formativa da disciplina no exame.

A Matriz de Referência do ENEM para Ciências Humanas estabelece como competências e habilidades analisar, identificar e compreender as formas de organização social, os movimentos sociais, a cidadania, a democracia, o Estado e os direitos do cidadão, a luta pela conquista de direitos, bem como as políticas afirmativas, cujas discussões se intensificaram nos últimos séculos, o que favorece a grande concentração de questões na Filosofia Moderna e Contemporânea, conforme Gráfico 4. Em contrapartida, nas questões do Exame, o período da Filosofia Medieval aparece de forma pontual, com questões centradas em Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino.

Gráfico 4 – Períodos da Filosofia no ENEM nas primeiras aplicações regulares das edições entre 1998 e 2025.



Fonte: Elaboração da autora (2026)



O Quadro 2, a seguir, sistematiza o número de questões cobradas sobre cada filósofo nas primeiras aplicações regulares entre 1998 e 2025. Os dados revelam ausências significativas: filósofos como Espinosa, Heidegger, Ockham e Wittgenstein não tiveram suas teorias abordadas em nenhuma das edições analisadas do ENEM. Filósofos como Hegel e Popper são utilizados não como objeto principal da questão, mas apenas como suporte textual do contexto da análise, sem nenhuma explicitação dos seus principais conceitos. Isso mostra que autores centrais da tradição filosófica são invisíveis no exame.

Quadro 2 – Filósofos cobrados nas primeiras edições regulares do ENEM (1998–2025)

Filósofo/Corrente (Nº de Questões)		Filósofo/Corrente (Nº de Questões)		Filósofo/Corrente (Nº de Questões)	
Pré-Socráticos	(6)	John Locke	(2)	Simone de Beauvoir	(1)
Sofistas	(2)	Montesquieu	(3)	Merleau-Ponty	(4)
Sócrates	(1)	Iluminismo	(4)	Hannah Arendt	(3)
Platão	(4)	David Hume	(4)	Escola de Frankfurt	(5)
Aristóteles	(7)	Rousseau	(1)	Habermas	(4)
Correntes Helenísticas	(4)	Kant	(5)	Michel Foucault	(6)
Agostinho de Hipona	(2)	Arthur Schopenhauer	(1)	Deleuze e Guattari	(3)
Tomás de Aquino	(3)	Friedrich Nietzsche	(2)	Paulo Freire	(2)
Francis Bacon	(2)	Adam Smith	(2)	Zygmunt Bauman	(2)
René Descartes	(8)	Marxismo	(3)	Jacques Derrida	(2)
Nicolau Maquiavel	(4)	Utilitarismo	(3)	John Rawls	(1)
Michel de Montaigne	(2)	Existencialismo	(3)	Hans Jonas	(1)
Thomas Hobbes	(4)	Jean-Paul Sartre	(1)	Norberto Bobbio	(7)

Fonte: Elaboração da autora (2026)

Os autores com maior recorrência nas primeiras aplicações regulares são Descartes, Aristóteles, Bobbio e Foucault. Esses pensadores estão diretamente associados aos eixos temáticos dominantes já identificados: Descartes às questões de Teoria do Conhecimento; Aristóteles à Ética e à Política; e Bobbio e Foucault à Filosofia Política contemporânea. Assim, a seleção de autores é orientada pelas habilidades e competências definidas na Matriz de Referência do Exame, que traduz, por sua vez, o que a LDB estabeleceu como necessário ao exercício da cidadania política, ética e crítica.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em mais de vinte e cinco anos de presença no ENEM, a Filosofia passou de uma matéria marginalizada para uma disciplina consolidada. Durante a década inicial, a disciplina esteve ausente por cinco anos consecutivos e somou apenas quatorze questões em dez anos, reflexo direto de sua condição de componente optativo na legislação. Após a obrigatoriedade instituída pela Lei nº 11.684/2008, a Filosofia passou a ocupar espaço crescente no exame, estabilizando-se em média em oito questões por ano a partir de 2012.

A predominância de questões de Filosofia Política, Ética e Teoria do Conhecimento, gera transformações no ensino de Filosofia na Educação Básica, consolidando a disciplina não apenas como componente curricular obrigatório, mas como elemento essencial na promoção da formação política, ética e crítica dos estudantes, como previsto na LDB. A análise das questões de Filosofia no ENEM expressa uma concepção específica do que a Filosofia deve ser na escola, uma disciplina a serviço da formação cidadã, tal como estabelecido pela legislação educacional.

Para que essa concepção se materialize de forma consistente no sistema educacional, são necessárias condições práticas asseguradas legalmente e fiscalizadas na prática, tais como: professores com formação específica em Filosofia; ampliação da carga horária da disciplina; e sua oferta obrigatória nos três anos do Ensino Médio. Assim, a consolidação da Filosofia no Exame deve ser compreendida não como ponto de chegada, mas como conquista que exige transformações na educação básica e compromisso contínuo com a formação educacional cidadã, ética e crítica.

REFERÊNCIAS

ALDERSON, J. C.; WALL, D. *Does washback exist?*. In: Symposium on the Educational and Social Impacts of Language Tests. Language Testing Research Colloquium, fev. 1992. 23 p. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED345513.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





BRASIL. *Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008*. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2008.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e Suas Tecnologias*. v. 3. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC, 2000.

COMIRAN, Daniela Fernanda. *A presença da Filosofia no ENEM: uma análise a partir da concepção histórica-temática-problematizadora*. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Básica. *Exame Nacional do Ensino Médio: escalas de proficiência de 1998/2008*. Brasília: INEP-MEC, 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Matriz de Referência para o Enem*. Brasília: Inep, 2009. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

LEÃO, Guilherme Martins. *Análise das questões do Enem de 1998 e 2022: possíveis influências conteudistas ou interpretativistas no ensino*. 2024. 60 f. Monografia (Especialização) – Instituto Federal Goiano, Campus Morrinhos, Morrinhos, 2024.

LINDBERG, Christian. *A Presença da Filosofia no Enem*. Observatório de Ensino de Filosofia em Sergipe (OBSEFIS). 2025. Disponível em: <<https://obsefis.wordpress.com/2025/07/31/obsefis-divulga-raio-x-das-questoes-de-filosofia-no-enem>> Acesso em: 10 abr. 2026.





MACEDO, E. P. N. *Filosofia no Enem: um estudo analítico dos conteúdos relativos à filosofia ao longo das edições do Enem entre 1998 e 2011*. Brasília: INEP, 2015

_____. *Filosofia no Enem 2012-2018: uma análise da cobertura de Filosofia no exame e de sua adesão aos documentos norteadores*. Brasília: INEP, 2021a.

_____. *Filosofia no Enem 1998-2018: um panorama da cobertura de filosofia no exame à luz dos documentos norteadores ao longo de 20 anos*. Brasília: INEP, 2021b.

_____. *Debater para encontrar caminhos: a evolução da presença da filosofia ao longo dos vinte anos do Enem (1998-2018)*. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 33, 2022.

MENDONÇA, M. E. G.; SILVA, P. A. de C. B. *Filosofia no Enem: análise de questões de 2009-2017*. In: Anais da XIV Jornada de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica; Jornada de Trabalhos de Extensão; Jornada de Iniciação à Docência do IF Sertão-PE. Floresta: IF Sertão-PE, 2019.

TRAVITZKI, Rodrigo. *ENEM: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar*. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Recebido em: 20/04/2026

Aprovado em: 22/05/2026

Publicado em: 16/06/2026

